

Bresser acha que Brasil avançou em Washington

São Paulo — Rogério Montenegro



Bresser acredita que o Brasil confundiu os credores

zero, dinheiro novo, *securitização* e juros mais baixos fixos.

— Não estou tentando impor nada, estou simplesmente tentando fazer prevalecer as condições que o mercado está apontando — disse Bresser.

A dívida brasileira tem, hoje, no mercado internacional, um deságio de cerca de 50%, parte do qual o Brasil pretende apropriar através do lançamento de títulos de longo prazo, com juros reduzidos e pré-fixados. Bresser não esclareceu qual a taxa de juros nem o prazo que terão os títulos brasileiros. “Isso será definido no momento oportuno”, disse.

Ao fazer um balanço sobre a reação que as propostas brasileiras têm causado nos banqueiros credores, Bresser afirmou que “eles estão muito confusos”. Alguns, segundo ele, estão aceitando as novas idéias brasileiras, outras a estão rejeitando totalmente.

A negativa do Brasil em suspender a moratória antes da assinatura de um acordo, assim como a negativa de fazer qualquer pagamento simbólico dos juros atrasados, evitando que os credores sejam obrigados a reclassificar a dívida brasileira e a deduzir de seus lucros os juros não pagos no período, também está desorientando os credores. O Japão já

teve que tomar essa providência ontem, 1º de outubro, e os Estados Unidos terão que tomá-la no próximo dia 26. “Mas a moratória só terminará com um acordo assinado”, enfatizou ontem Bresser. O ministro afirmou ainda que, em Washington, recebeu indicações da parte dos ministros da Alemanha, Estados Unidos, França, Itália e Inglaterra de que as linhas de curto prazo ao Brasil serão mantidas.

A principal dificuldade para um acordo está sendo a exigência brasileira de desembolso de dinheiro novo, que sirva para refinarçar os juros da dívida. O Brasil quer 10 bilhões de dólares. Os credores não aceitam emprestar isso, querem que parte substancial desse valor seja desembolsada pelo próprio FMI e Banco Mundial. O recebimento de dinheiro dessas instituições dependeria, entretanto, de um acordo com o FMI, que o Brasil não quer fazer antes de acertar as contas com os bancos credores. “Queremos os 10 bilhões dos bancos e, se fizermos um acordo com os organismos multilaterais (FMI e Banco Mundial) mais tarde, poderemos conseguir mais dinheiro para aumentar as reservas brasileiras”, disse.

SÃO PAULO — A renegociação da dívida externa, embora tenha avançado bastante com as declarações feitas anteontem pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, no sentido de incluir a *securitização* — troca da dívida por títulos de longo prazo — como uma opção a ser utilizada pelos credores, ainda está distante de uma decisão final. Mas, o reconhecimento por parte de Baker de que são necessárias mudanças nas formas de equacionamento da dívida, indicariam que as propostas que o Brasil tem apresentado, nos últimos meses, estão corretas, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, pouco depois de voltar dos Estados Unidos.

Baker defendeu anteontem, na reunião do Fundo Monetário Internacional, mecanismos que permitam aos países devedores reduzir seus pagamentos de juros quando, em razão de situações que fogem ao controle do próprio país — catástrofes, queda dos preços internacionais dos seus principais produtos de exportação, aumento súbito das taxas de juros —, apresentarem dificuldades de caixa. Além disso, o secretário do Tesouro manifestou-se favorável à capitalização dos juros e à conversão da dívida em títulos.

Para o ministro Bresser, que desembarcou em São Paulo às 7h30min, vindo de Washington, onde por uma semana tentou convencer os bancos credores e os ministros dos países desenvolvidos de que a *securitização* de parte da dívida é uma das saídas para os países devedores, o discurso de Baker teve o sabor de uma verdadeira recompensa. Em entrevista coletiva à imprensa, às 11h30min de ontem, ele disse que “a rodada de negociações em Washington marcou uma nova etapa da história da dívida”.

Explicando, afirmou que durante os anos 1983/1984 a palavra que marcou as negociações da dívida foi “austeridade”, que significou uma intensificação das remessas líquidas de juros ao exterior à custa de uma recessão interna. A fase seguinte, do ano de 1985/1986, foi marcada pela palavra “ajustamento”, onde se supôs que algumas poucas reformas e algum financiamento suplementar, para manter a capacidade de importação do país, seriam suficientes. Não foram. Agora, na terceira fase, Bresser quer mudar a estrutura dos acordos credores/devedores, incluindo “*spreads*” (taxas de risco)